

Ata da 6ª Reunião Ordinária do CONSEC realizada em 17 de dezembro de 2024.

Ata da 6ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual da Cultura – CONSEC. Às nove horas do dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte quatro, deu-se início à Sexta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura, na modalidade virtual, tendo acontecido virtualmente, pelo link: <https://meet.jit.si/6consec1217>. Participaram desta reunião os Conselheiros: André Avelino da Silva, Ana Paula Serra Zanetti Machado, Claudia Chipon Staude, Dhionata Macena da Silva, Eder Fernando Nascimento, Edimar Matias da Silva, Ester Marçal Fé, Gednilson de Freitas Lima, Inês Kiyomi Koguissi, Junior Paulinho Niszcak, Karina Torrecilha da Conceição, Leonardo Schenato Barroso, Luiza Przwitowski Nogueira dos Santos, Marcelo Colavitto, Mariah Fank, Maria Léa Fragate, Raquel Pracz Bariquello, Rosane Arminda Pereira, Simone Zanella Ferreira Hartmann, Susylene Batista de Oliveira, Thayse Cancela Christo de Souza, Wanessa Cardoso Wiacek Hoinacki, bem como a presidente da reunião, a Diretora-geral da Secretaria de Cultura do Paraná e, na ausência da Secretária Luciana Casagrande, Presidente do CONSEC, Elietti de Souza Vilela. A Presidente da reunião abriu os trabalhos, cumprimentando a todos os presentes, e em seguida, explicou que ela, Elietti, estava como Presidente da reunião do CONSEC e Secretária em exercício devido à Secretária da Cultura, Luciana Casagrande, estar em viagem internacional. Elietti realizou a chamada de presença, e pediu que Bárbara fizesse a leitura dos principais pontos abordados na reunião anterior. Em seguida, ela informou as pautas da reunião, e passou a palavra para André que deu início a discussão sobre o andamento dos Planos Setoriais de Cultura, explicando que os Planos Setoriais de Audiovisual e de Manifestações Tradicionais demandaram mais tempo de trabalho, e que a Conselheira Inês Koguissi e o Conselheiro Leonardo Barroso iriam se manifestar quanto ao Plano Setorial de Artes Visuais, se este já estava pronto para ir à consulta pública. Ele explicou também como se dá a participação do SEBRAE na consolidação deste documento, tendo essa sido uma contratação do governo federal, e que o SEBRAE apenas ajudará na formatação do documento, e não na análise ou na formulação do conteúdo deste. André passou a palavra para Ester, que apresentou os desafios do trabalho no Plano Setorial de Audiovisual, e informou que, neste momento, acredita que o Plano esteja pronto para ir à consulta pública devido ao seu caráter dialógico com as entidades que participaram no seu desenvolvimento. Ela falou como a área da indústria do Audiovisual foi a que mais conseguiu contribuir, e como ela está pensando mais nesse momento no conteúdo do plano setorial, apesar de ter princípios norteadores que colocam a cultura e o audiovisual como um direito da sociedade. Retomando a fala de André sobre as ferramentas do SEBRAE, ela afirmou que foram ferramentas importantes para a estruturação organizativa dos elementos do plano setorial, tendo estas sido fundamentais. No entanto, ainda existem questões a serem trabalhadas, porque o plano está muito amplo, e assim, não tem muita objetividade. Ela perguntou então, qual seria o cronograma daqui para frente, para dar continuidade nesses trabalhos de construção para com a classe de trabalhadores do Audiovisual. Devido a dificuldades técnicas na

transmissão da reunião, André retomou a fala de Ester e, em resposta quanto a dúvida do cronograma, disse acreditar que seria possível deixar um prazo mais dilatado no processo de consulta pública. Ester sugeriu que esse prazo de consulta pública fosse até fevereiro ou março. Elietti colocou a proposta em votação, para que o documento ficasse aberto para consulta pública até o final de fevereiro, e que o trabalho seja finalizado até o final de abril. Todos concordaram, ficando assim aprovado. Passando para o trabalho do Plano Setorial de Artes Visuais, o Conselheiro Leonardo Barroso apresentou como se deu esse processo de construção do trabalho. Ele comentou um pouco sobre o que Ester havia trazido, quanto ao papel atual da Inteligência Artificial nas produções de discussões sérias, e a necessidade de regulamentação dessa em todos os campos. Ele manifestou que para esse plano prezou-se destacar a importância de políticas públicas culturais para os produtores das Artes Visuais, para que eles possam ter suas obras em circulação e fazer-se conhecidos. Ele destacou como o SESC tem lançado esses tipos de editais, e deixou uma sugestão para a SEEC para considerar a execução de editais de circulação que sejam focados na exposição, e não tanto na remuneração dos artistas. Além disso, pontuou também a necessidade de capacitação e estruturação do setor das Artes Visuais para com os editais, mencionando a falta de entendimento de como estruturar um projeto de artes visuais para os editais, no sentido de cotações orçamentárias e outras partes práticas. Assim, salientou-se a necessidade de capacitação específica para o setor de Artes Visuais, e a necessidade de mais editais e espaços de exposição. Ele falou sobre a construção do Plano Municipal de Artes Visuais que ocorreu há alguns anos, no Município de Irati, e a forma com que as reivindicações e participação popular nesses processos costumam aparecer mais fortemente após a finalização dos planos. Nesse sentido, ele acredita que é viável encaminhar o plano para consulta pública para ser possível entrar em contato direto com as entidades e instituições instruindo-as como fazer a participação e contribuição no desenvolvimento desses planos. Leonardo terminou sua fala destacando que pesa na aprovação deste plano a falta de participação da Conselheira representante das Artes Visuais no CONSEC, sendo isso um fator que pode ter repercussões negativas para o Conselho. Assim, Elietti deu encaminhamento à proposta do Conselheiro de colocar o plano em consulta pública, e, além disso, realizar uma busca ativa em segmentos que podem contribuir para a formulação deste. André concordou. Colocou-se então para aprovação do Conselho a disponibilização do Plano Setorial de Artes Visuais para consulta pública, o que foi aprovado. A Conselheira Wanessa apresentou o processo de construção do Plano Setorial de Manifestações Tradicionais, destacando a importante contribuição dos Conselheiros que participaram deste Grupo de Trabalho, os quais trouxeram suas experiências para desenvolver esse documento tão complexo. Ela concordou e achou muito positiva a sugestão de Ester de estender esse prazo de consulta pública para até o final de fevereiro, e acredita que este está preliminarmente pronto para ir à consulta pública, onde haverá um maior alcance do plano para com as populações tradicionais, e assim, um feedback valioso para a formulação deste, uma vez que existe ainda hoje uma dificuldade de mapear os grupos tradicionais do Paraná. Wanessa passou a palavra para a Conselheira Edimar, que falou sobre a organização dos grupos, citando como exemplo o grupo específico das religiões de matriz africana, de como não há uma organização como sindicato, mas que existem entes para fazer contribuições sobre esses saberes originários para o plano. Ela destacou como, na maioria das vezes, esse saber tradicional costuma ser oral, e por isso existe uma dificuldade de acesso aos editais. Ela trouxe uma fala sobre a existência de grupos que são

considerados menos organizados por sempre estarem em posições mais distantes da política. A Conselheira também destacou a necessidade de agregar o maior número de manifestações populares para a cultura, educação, convivência, etc, em todos os grupos, pedindo para Elietti ajuda para diminuir essa diferença, trazendo uma pessoa para representar as manifestações tradicionais e os povos originários para a Secretaria da Cultura. A Conselheira também dissertou sobre o esforço da Agente Regional de Cultura do Nordeste do Paraná, Ana Paula, no mapeamento dos povos e manifestações tradicionais da região, mas informou que essa é uma temática muito delicada e a ARC não entrou em contato com outras pessoas especialistas no assunto para realizar esse mapeamento. Essa questão foi para outra Secretaria, e a Conselheira compartilhou que, ao questionar um coordenador conhecido sobre essa questão repassada pela Secretaria de Cultura, recebeu como resposta a solicitação do número do protocolo, o que a fez sentir que seu tema foi considerado insignificante, pela forma como foi tratado. Elietti agradeceu a fala, e disse que a SEEC seguirá no encaminhamento dessas pautas para haver o tratamento igualitário para com todos. Ela retomou a questão do Plano Setorial, e colocou em votação se o Plano Setorial de Manifestações Tradicionais estaria então realmente pronta para ir à consulta pública. Não houve nenhuma manifestação contrária, ficando assim aprovado o andamento desta proposta. Passando a palavra para André, ele voltou na questão do Plano de Manifestações Tradicionais e informou que houve uma reunião da Secretária Luciana com Leandre da Secretaria de Igualdade Racial e Pessoa Idosa, e foi alinhado um protocolo de intenções para uma articulação colaborativa para o mapeamento de povos e comunidades tradicionais e manifestações populares, mas que não foi possível colocar em execução ainda esse ano. Ele passou para o próximo ponto, falando sobre a atualização das leis federais. Tendo sido aprovado o remanejamento de recursos da Lei Paulo Gustavo, tanto de sobra de editais quanto de recursos devolvidos pelos municípios, foram realizadas chamadas suplementares nos editais 002 com o recurso do Audiovisual, edital 009, o Multiáreas, e o edital 010, de Circulação. Com isso, a SEEC tem como expectativa que, da conta de Audiovisual, sobrem menos de 30 mil reais para devolução ao Ministério, e da conta de outras áreas, a expectativa é de realizar uma devolução de 500 mil reais. Houve devoluções de municípios que não observaram o prazo, e por isso os recursos que entraram fora do período estabelecido não tem margem de manobra para execução, mas tudo isso estará na prestação de contas do próximo ano. André também discorreu sobre o atual mapa da LPG, que tem uma execução de mais de cem milhões de reais em todas as áreas, e mais de 440 projetos contemplados. Sobre a PNAB, ele informou que os editais estão em fase avançada, com 3 editais já em habilitação, sendo estes “Pontos e Pontões da Cultura”, “Cinema na Praça” e “Qualifica Paraná”, dois editais em fase de seleção, sendo os editais “Multiartes” e “Viva Cultura”, e 3 editais em análise de mérito, sendo estes os mais avançados, o qual são os editais “Prêmio para Espaço de Cultura”, “Prêmio para Pontos de Cultura” e “Seleção de Projetos para Preservação de Patrimônio”. Ele informou também que o edital de Mobilidade, realizado com o Fundo Estadual de Cultura, teve a sua primeira seleção realizada para o primeiro bimestre de ações, tendo a SEEC recebido 37 projetos e, desses, cinco foram selecionados, executando quase 100 mil reais disponibilizados para o bimestre. André passou a palavra para Elietti, que perguntou aos Conselheiros se estes teriam alguma dúvida sobre a apresentação de André. A Conselheira Edimar pediu a palavra, e perguntou a André sobre a situação que anda sendo comentada na mídia, referente a municípios que não tem executado os recursos, tanto no Paraná como em outros estados,

e perguntou qual o olhar da Secretaria da Cultura sobre isso, para a gestão dessa situação, de forma que os municípios executem realmente os recursos. Em resposta, André informou que a adequação orçamentária é um problema, e muitos municípios perderam os recursos por não fazerem a tempo. Outro ponto a considerar seria a estrutura dos pequenos municípios, e também a questão de prazo para a execução dos recursos. Ainda, ele destacou que houve pouca devolução dos recursos da LPG para o Estado. A maioria conseguiu executar os recursos, tendo essa sido uma execução muito positiva, em comparação à LAB, e a esperança é que a execução dos recursos da PNAB seja ainda melhor. Elietti informou que a Secretaria da Cultura tem a intenção de realizar no próximo ano uma reunião com os prefeitos e gestores municipais de cultura para iniciar um diálogo de apoio e sensibilização. A Conselheira Thayse pediu a palavra, e trouxe três pontos a serem pensados para o próximo ano. Como discutido pelo Conselheiro Leonardo, ela concordou que é difícil pensar em sair da realidade dos editais nesse momento, mas existem grupos que não podem esperar para ser contemplados, como o Circo, área que tem sido pouco contemplada em editais. Ela ressalta a dificuldade dessa área em escrever bons projetos, mas que isso não deveria ser um empecilho para a sua contemplação, afirmando que a concorrência com outras áreas nessa parte dos projetos acaba sendo desleal. O circo precisa ser contemplado e visto. Ela trouxe também a questão que, analisando as contemplações do CPROFICE, constatou-se concentração de contemplação, e essa é uma questão sensível, até para ser pensada a qualidade da execução dos projetos de proponentes contemplados em mais de um projeto. A Conselheira Wanessa pediu a palavra e informou que, conforme a regra do edital, o proponente, no PROFICE, pode inscrever dois projetos, mas na ficha técnica constam profissionais que estão participando em diversos projetos. A regra do edital foi cumprida, mas a participação dos mesmos artistas está sendo corriqueira. Retomando, Thayse argumentou que ela estava trazendo uma provocação para pensar em estratégias para que no futuro isso não fique tão centralizado, pois, ela questiona como uma mesma equipe poderia produzir diferentes projetos ao mesmo tempo, com qualidade. A Conselheira Edimar retificou a fala de Thayse, dissertando sobre como a política cultural não pretende apenas fazer e transmitir cultura, mas também distribuir renda. Assim, ao que as Conselheiras se referem, é uma amostragem dos projetos aprovados no PROFICE que colocaram recurso em segunda instância para comissão. A explicação desses proponentes seria de que a ficha técnica é composta pelos melhores do mercado, mas ela indaga se estes não estão formando outras pessoas. Outra situação destacada pela Conselheira foi referente aos pareceristas, que apesar dos esforços da SEEC, ainda é uma questão a se atentar, para que as políticas de cultura sejam efetivas para a população e os fazedores de cultura. Elietti agradeceu e passou a palavra para o Conselheiro André. O Conselheiro afirmou que gosta deste debate porque demonstra a sensibilidade do Conselho para com o tema, e informou que desde o início do ano está acontecendo esse debate sobre o trabalho dos pareceristas e os esforços da SEEC para haver uma melhora nesse âmbito. Nesse ciclo da PNAB, foi estabelecido um modelo de parecer para identificação dos itens que estão sendo avaliados. Foi feita também uma parceria com a Secretaria de Igualdade Racial, que realizou uma fala junto aos pareceristas para sensibilização. Quando à CPROFICE, ele dissertou que considera muito importante a atual participação de Conselheiros do CONSEC nesse processo para avaliar o seu funcionamento. Há um trabalho para filtrar o número de participações de artistas e técnicos nas fichas técnicas, através do SIC Cultura. Ele sugeriu também que a CPROFICE delibere sobre a seleção de projetos que possuam os mesmos

integrantes na sua ficha técnica, em mais de dois projetos. Como essa gestão da CPROFICE pegou três editais finais para avaliação, e a gestão anterior olhou para os outros editais, ele acredita que na próxima gestão talvez seja possível abordar de maneira mais reflexiva para uma deliberação desses problemas. Ele destacou como essa gestão da CPROFICE está sendo positiva, e parabenizou os esforços. O Conselheiro Gednilson destacou que a região Sudeste também corrobora com a sensibilidade dessa questão da contemplação da mesma ficha técnica, e parabenizou o trabalho de todos, especialmente da Secretaria da Cultura. O Conselheiro Marcelo pediu a palavra, informando que era o suplente da cadeira de universidades, e agora titular. Ele discorreu sobre a situação do interior, em Maringá e Goioerê, onde há dificuldade no acesso dos editais devido à falta de conhecimento técnico desse processo. Assim, enquanto professor de Arte do IFPR, ele se colocou disponível para, com apoio e formação da SEEC, contribuir na multiplicação desse conhecimento visando viabilizar o acesso aos diversos grupos que buscam ser contemplados nos editais, buscando a descentralização dos recursos, e que os municípios utilizem-nos. Elietti agradeceu e informou que certamente no próximo ano haverá uma chamada de voluntários para participação nesse tipo de formação. Passando a palavra para Thayse, a Conselheira trouxe uma questão referente a uma denúncia anônima, de uma empresa que está prestando serviço para a PNAB e a LPG de alguns municípios, o que André já informou a Thayse que a parte jurídica está ciente e por dentro dos andamentos. A Conselheira Thayse achou pertinente trazer essa questão para a reunião por envolver uma empresa de Irati, município de residência do Conselheiro Leonardo Barroso. Ela leu um resumo da denúncia. Elietti orientou que se essa denúncia anônima foi encaminhada para Thayse enquanto Conselheira, o protocolo é que esta seja então encaminhada para a Secretaria Executiva do CONSEC, e que o denunciante informe ao Ministério Público. Elietti passou a palavra para o Conselheiro Leonardo Barroso. O Conselheiro informou que também recebeu essa denúncia e estava analisando-a mais detalhadamente antes de realizar qualquer encaminhamento. Ele ressaltou, como também presente na fala da Conselheira Thayse, que está citada a Superintendência que hoje é a Secretaria da Cultura, e grupos de WhatsApp gestores foram utilizados. Elietti ressaltou a importância dessa fala ser feita de forma cuidadosa para não serem praticados atos indevidos. Leonardo informou estar receoso com essa denúncia porque envolve grupos institucionais da superintendência, dos quais ele fez parte. Assim, ele concorda que cabe a outro órgão a investigação, mas que a Secretaria precisa ter um cuidado por estar sendo diretamente citada nestes grupos. Ele ressaltou que a empresa é, na verdade, sediada no município de Cascavel, e não em Irati. Elietti passou a palavra para a Conselheira Susylene que afirmou acreditar que é importante não atropelar os processos da justiça. As denúncias precisam ser encaminhadas para os meios legais, responsáveis por essas demandas, para que depois, caso julgado, sejam tomadas as medidas necessárias, e que talvez, neste processo, possam ser avaliadas as situações de outros municípios. A Presidente da reunião passou a palavra para o Conselheiro André, que, dando os encaminhamentos finais, informou que a SEEC também recebeu essa denúncia através da ouvidoria, e transformou isso em um protesto administrativo. Ele discorreu ainda que o entendimento da Secretaria é que esta não é um órgão de controle da execução dos recursos das leis federais, sendo os responsáveis por essa ação: o Ministério da Cultura, a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União. Enquanto um ente de articulação do sistema estadual e nacional, tendo recebido a denúncia, a SEEC tem feito os trâmites necessários, encaminhando para o MinC, para que este tome as

providências necessárias. Quanto as pessoas envolvidas e mencionadas na denúncia, não se pode criar juízos. Ele ressaltou ainda que as reuniões do CONSEC são gravadas, e é preciso o cuidado para não compartilhar o link das reuniões para pessoas externas ao conselho, porque as gravações só são disponibilizadas após a aprovação das atas de reunião. Referente aos grupos mencionados nesta denuncia, estes foram criados pelos Agentes de Cultura quando estes trabalhavam junto a UEPG, tendo a SEEC emitido dois ofícios junto a essa universidade para que estes grupos fossem encerrados após a finalização deste programa aos quais eles eram vinculados, então, partindo deste ponto, todas as medidas administrativas são cabíveis e a Secretaria está juridicamente resguardada. Tendo todas as pautas da reunião sido contempladas, e encerrando, a Presidente da Reunião e Diretora-geral da Secretaria da Cultura, Elietti de Souza Vilela, agradeceu o trabalho de todos durante esse ano, e em nome da Secretária Luciana Casagrande, desejou a todos boas festas e um feliz ano novo. Sem nada mais a tratar, a reunião foi encerrada, e secretariada por mim, Bárbara Beltramini Berto, que relatei esta ata e segue assinada por mim e pelos seguintes Conselheiros.

Presidente da reunião:

Elietti de Souza Vilela

Conselheiros Titulares:

André Avelino da Silva

Ana Paula Serra Zanetti Machado

Dhionata Macena da Silva

Eder Fernando Nascimento

Ester Marçal Fér

Gednilson de Freitas Lima

Junior Paulinho Niszcak

Karina Torrecilha da Conceição

Leonardo Schenato Barroso

Luiza Przwitowski Nogueira dos Santos

Marcelo Colavitto

Maria Léa Fragate

Rosane Arminda Pereira

Simone Zanella Ferreira Hartmann

Susylene Batista de Oliveira

Thayse Cancela Christo de Souza

Wanessa Cardoso Wiacek Hoinacki

Suplentes:

Claudia Chipon Staude

Edimar Matias da Silva

Inês Kiyomi Koguissi

Mariah Fank

Raquel Pracz Bariquello

Documento: **Ata6ReuniaoOrdinariadoCONSEC.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Leonardo Schenato Barroso (XXX.332.359-XX)** em 12/02/2025 13:29 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Marcelo Adriano Colavitto (XXX.591.018-XX)** em 12/02/2025 13:40 Local: CIDADAO, **Edimar Matias da Silva (XXX.146.888-XX)** em 12/02/2025 13:50 Local: CIDADAO, **Andre Avelino da Silva (XXX.145.769-XX)** em 12/02/2025 14:11 Local: SEEC/DAFIC, **Wanessa Cardoso Wiacek Hoinacki (XXX.820.169-XX)** em 12/02/2025 14:32 Local: SEEC/CFIC, **Raquel PracZ Bariquello (XXX.015.229-XX)** em 12/02/2025 17:38 Local: SEFA/DOE, **Elietti de Souza Vilela (XXX.594.219-XX)** em 13/02/2025 10:14 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Rosane Arminda Pereira (XXX.156.269-XX)** em 13/02/2025 14:49 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Inês Kiyomi Koguissi (XXX.282.389-XX)** em 17/02/2025 09:31 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Maria Lea Fragate (XXX.177.129-XX)** em 17/02/2025 10:54 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Dhionata Macena da Silva (XXX.415.659-XX)** em 27/02/2025 09:33 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Ana Paula Serra Zanetti Machado (XXX.548.229-XX)** em 06/03/2025 14:22 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Eder Fernando do Nascimento (XXX.478.929-XX)** em 06/03/2025 14:26 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Simone Zanella Ferreira Hartmann (XXX.294.999-XX)** em 06/03/2025 15:19 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Karina Torrecilha da Conceicao (XXX.499.559-XX)** em 07/03/2025 08:10 Local: CIDADAO, **Junior Paulinho NiszcZak (XXX.330.109-XX)** em 07/03/2025 08:31 Local: SEEC/CSEC/CONSEC.

Assinatura Simples realizada por: **Bárbara Beltramini Berto (XXX.813.079-XX)** em 12/02/2025 13:21 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Claudia Chipon Staude (XXX.805.759-XX)** em 12/02/2025 13:22 Local: SEEC/DG, **Gednilson de Freitas Lima (XXX.012.759-XX)** em 12/02/2025 13:39 Local: CIDADAO, **Thayse Cancela Christo de Souza (XXX.830.138-XX)** em 25/02/2025 20:54 Local: CIDADAO, **Luiza Prziwitowski Nogueira dos Santos (XXX.411.529-XX)** em 06/03/2025 13:54 Local: SEEC/CSEC/CONSEC, **Ester Marçal Fér (XXX.277.528-XX)** em 06/03/2025 14:44 Local: CIDADAO, **Susylene Batista de Oliveira (XXX.878.089-XX)** em 11/03/2025 09:09 Local: CIDADAO, **Mariah Fank (XXX.550.289-XX)** em 20/03/2025 16:49 Local: SEEC/CSEC/CONSEC.

Inserido ao protocolo **23.191.308-4** por: **Bárbara Beltramini Berto** em: 12/02/2025 13:15.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
77491b25a6d37508cf12402032e534c3.